

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Globo

Class.: 29

Data: 25.06.90

Pg.: _____

Fazendeiros se armam para enfrentar os caiapós

SANDRA CARVALHO

Enviada especial do GLOBO

BELEM — Os fazendeiros proprietários de terras vizinhas à Fazenda Caiapó, onde vive a tribo gorotire, ameaçaram ontem invadir a aldeia indígena, caso a Funai não solucione os conflitos na área e impeça novos massacres como o que ocorreu na última segunda-feira, na Fazenda de Espadilha. Foram encontrados mais três corpos, aumentando para 20 o número de pessoas mortas a tiros e bordunadas, entre elas duas mulheres grávidas.

O major Marco Antônio Luchini, do Conselho de Segurança Nacional, conhecido como major Curlió, chegou à área na noite de quarta-feira, enviado pela Presidência da República, para acalmar os ânimos e colher subsídios que permitam à Funai solucionar o problema.

— Os índios caiapós — disse o major, que já trabalhou muito tempo na área — por ligações antigas conosco, costumam nos ouvir muito. Eu estive na aldeia hoje (ontem) e posso garantir que eles não sairão dali enquanto não determinarmos. Os índios foram informados de que o Grupo de Trabalho do Araguaia-Tocantins (Getat) colonizará também as áreas indígenas e a solução, a meu ver, é que a Funai acelere os trabalhos de demarcação das terras para acabar com os conflitos entre índios e brancos.

Para a identificação dos corpos, que serão enterrados somente hoje, uma vez que até ontem os médicos legistas não haviam chegado à fazenda, foram chamados Chico "Bigode", que escapou do massacre porque fora caçar naquele dia, e Elvécio Pereira dos Anjos, que reconheceu dois irmãos seus.

Todos os corpos estão no local onde os índios gorotire os deixaram, tendo ao lado de cada uma uma borduna e uma pena de arara vermelha, que simboliza a guerra. Dos 20 mortos, três foram assassinados a tiros de revólver calibre 20.

REVOLTA

Os fazendeiros, reunidos ontem na Fazenda Macedônia, afirmavam que, após o massacre, os índios haviam estuprado todas as mulheres. Embora não tenha desmentido a informação, o Curlió observou que seria muito difícil comprovar a denúncia, principalmente pelo avançado estado de putrefação dos corpos.

A revolta dos fazendeiros torna-se ainda maior quando apresentam a certidão negativa da Funai, assinada pelo ex-presidente do órgão, general Ismarth de Araújo Oliveira, em 1974. O documento diz que a 21 de fevereiro de 1973, depois de ouvidos os departamentos gerais do Patrimônio Indígena (BGPI), que na época era dirigido pelo general Demócrito de Oliveira, e do Planejamento Comunitário (DGPC), a Funai declara "não haver conhecimento da existência de aldeamento indígena nas áreas dos interesses, no município de Conceição do Araguaia (PA). Observa ainda que "essa certidão fará fé perante a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam)".

O proprietário da Fazenda Espadilha, onde ocorreu o massacre, Domingos Pereira Guimarães, comprou a proprieda-



O major Curlió teme agora um ataque dos índios xicrins, da aldeia Catete, que também estão revoltados porque suas terras ainda não foram demarcadas



Idelfina, ao lado dos filhos que sobreviveram ao massacre, diz não saber como os índios tiveram coragem de matar suas duas netas e o genro, pois eram amigos da família e muitas vezes o cacique Uté dormiu em sua casa

de no dia 25 de junho último, quando esteve no Getat e foi informado de que suas terras estavam fora de área indígena.

— Tudo estava em paz — disse — Nós queremos apenas continuar os trabalhos da fazenda que compramos agora. No dia do massacre, estávamos arrumando o caminhão para trazer 400 cabeças de gado para a área e contratando mais 15 peões e duas famílias de lavradores que viriam do Sul.

ACUSAÇÕES

Todos os fazendeiros acusam o titular da 2ª Delegacia da Funai, com sede em Belém, Paulo César de Abreu, de ser o responsável pelo massacre da última segunda-feira.

— Bastava o delegado Paulo César não incentivar os índios a saquear as fazendas — disse Juarez Macedo, proprietário da Fazenda Macedônia, vizinha ao local do massacre. — A situação estava muito calma até fevereiro desse ano, quando o delegado tomou posse no cargo. Depois que ele chegou começou a instigar os índios a atacar as fazendas e a exigir

mais terras, coisas a que eles não têm direito.

O fazendeiro Domingos Pereira Guimarães tem a mesma opinião. A seu ver, o delegado pode não ter mandado os índios massacrarem os empregados da fazenda, "mas não tem dado a melhor orientação aos silvícolas, tanto assim, que os conflitos só foram agravados depois que ele chegou à área". Ele disse ter investido muito em sua fazenda e que não abrirá mão das terras por qualquer coisa.

— Estamos todos os fazendeiros esperando uma decisão do Governo Federal. Queremos que seja dado um basta aos abusos e que a Funai assuma sua posição, demarcando as terras dos índios.

Para o fazendeiro Joaquim Coelho, da Fazenda Tecsul, todos estão cansados de serem tratados como invasores:

— Primeiro vem o Getat fazendo vistoria em nossas terras para implantar colônias de colonização, aproveitando nossas estradas, nossas benfeitorias, etc. Depois vem a Funai, que não demarca as terras dos índios. Nós estamos cansados de ser saqueados pelos silvícolas.

Andreazza: Governo busca solução justa

PORTO ALEGRE (O GLOBO) — O ministro do Interior, Mário Andreazza, que integrava a comitiva do presidente João Figueiredo em visita ao Estado, disse ontem que o Governo está procurando uma posição de equilíbrio para os recentes conflitos nas áreas indígenas, pois os problemas são de difícil solução, sendo necessário levar em conta os interesses das partes envolvidas.

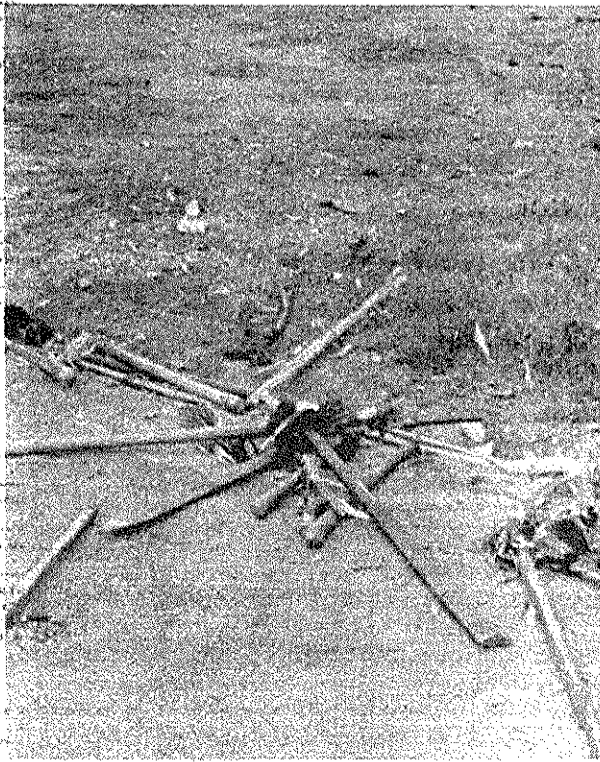
Ele atribuiu o aumento dos atritos nas reservas aos movimentos migratórios de colonos, "que buscam os espaços vazios ainda existentes no País". No seu entender, "são fronteiras agrícolas, sendo natural que haja um direcionamento neste sentido".

— Temos que considerar alguns fatores na demarcação das reservas indígenas e a série de reivindicações em torno delas — afirmou — Quando assumi o Ministério, encontrei indenizações já estipuladas e achei que seria fácil solucio-

nar a questão. Contudo, a experiência está mostrando que é preciso ter muito cuidado para resolver os problemas existentes.

Ao comentar o documento elaborado por uma comissão mista integrada por elementos da Igreja e do Governo, que aponta a reforma agrária como medida prioritária para a solução do problema de terras no País, Andreazza disse que a questão está sendo estudada com atenção pelo Governo:

— O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária vem atuando nesta área — explicou — distribuindo títulos de pro propriedade a colonos e incentivando grandes projetos de colonização. Mas, é um processo lento, porque existem muitas dificuldades, a começar pela titulação das terras e o levantamento das que são ou não produtivas. E um trabalho, portanto, que precisa ser feito sem pressa.



As bordunas no massacre